

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA GLOBALIZAÇÃO: RUMO A ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

*Dailey Fischer
Libia Patrícia Peralta Agudelo*

1. INTRODUÇÃO

A década de 1960 marcou o início da manifestação no cenário político de uma série de movimentos sociais, dentre eles o movimento ecológico. Avanços no conhecimento científico sobre a magnitude dos impactos ambientais causados pelas chuvas ácidas e a presença de gases CFC na atmosfera, levaram alguns países industrializados a considerar em suas políticas a gestão ambiental e a implementar, a partir da década de 70, legislações voltadas diretamente para as questões ambientais. No Brasil, neste mesmo período, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, em que a intenção era criar instrumentos normativos e legais sistematizados para fiscalizar atividades ambientalmente degradadoras. O principal instrumento adotado foi o de Licenciamento Ambiental que visa à análise dos potenciais impactos econômicos, sociais e ambientais de uma determinada atividade no assim chamado Estudo de Impacto Ambiental ou EIA/RIMA.

Mesmo assim, somente nas décadas de 80 e 90 começou-se a perceber que a problemática ambiental precisava ser estudada dentro uma dimensão mais ampla, deixando de ser vista como um fenômeno pontual e local para ser inserida dentro de um contexto global. Surgiram também na época propostas para a consideração sinérgica das várias características ecológicas que mantêm os serviços naturais tais como a interação entre clima, água, biota e solo, de tal forma que impactos locais passaram a ser considerados dentro de matrizes ecológicas

espaciais regionais e globais. Sendo que esta visão mais abrangente representa um grande avanço na avaliação metodológica das questões ambientais, faz-se também necessária a avaliação crítica das principais causas da atual crise ambiental.

Para LORA (2000, p. 41), as principais causas da atual crise ambiental são: (1) o aumento exponencial da população mundial; (2) e do consumo energético; (3) a intensificação do processo de industrialização e (4) do processo de urbanização. Da mesma forma, autores como Hardin (1968), Ehrlich e Holdren (1971), apontavam, em meados da década de 70, o crescimento populacional como o principal responsável pela degradação ambiental.

No entanto, estudiosos como Foster (1984), Leff (1994) e O'Connor (1998) apontam o sistema capitalista como o grande responsável pela degradação ambiental da atualidade (FOLADORI, 2001, p.16). Para HARWKEN; LOWINS; LOWINS (2000, p. 269), o capitalismo industrial está pondo fim não somente ao capital natural, mas também ao capital humano que tem suas perspectivas e propósitos destruídos pela superexploração, a subvalorização e instabilidade no trabalho.

Considerando os argumentos do contexto de superpopulação e um sistema capitalista monopolista, surge no final do século XX como um agravante a aceleração do processo de globalização que tem na sua base “o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo” (IANNI, 1996, p. 43).

2. GLOBALIZAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL

Considera-se que a globalização propõe novos quadros sociais e mentais para as comunidades, sendo um aspecto positivo deste processo o maior entendimento das diferenças e especificidades locais de uma determinada sociedade que ao mesmo tempo faz parte dos outros subsistemas sociais do planeta: a assim denominada sociedade global (IANNI, 1996, p. 156).

Contudo, dentro do contexto da sólida contraposição existente entre os hemisférios Norte e Sul, países desenvolvidos e em desenvolvimento, centro e periferia, discute-se que o mundo globalizado surge como a âncora que perpetua o domínio mundial do dinheiro e da informação concentrando-os nos países assim chamados “desenvolvidos”, provocando desemprego, a diminuição da qualidade de vida, e o aumento da pobreza e da fome nos países “subdesenvolvidos” além de

favorecer a cultura de massa e a sociedade de consumo.

Quando transferimos estas observações globais para um contexto local, os problemas são acentuados no sentido da desagregação social e cultural do indivíduo.

Um trabalhador, um camponês, um cidadão anterior à modernidade afirmavam sua identidade profunda, através do grupo ao qual tinham consciência de pertencer; o ofício, a cidadezinha, a região, a vizinhança do quarteirão, a comunidade das origens regionais. Mas, na sociedade moderna, cada um só é importante pelas atrações individuais, sua “rentabilidade”, sua capacidade de saber “vender-se” – ainda que de modo precário e reversível. O “nós” cede lugar ao “eu”. O narcisismo, a deriva individualista, não somente faz parte do perfil psicocultural do *Homo mundialis modernicus*, mas é também um fato político. Refugiar-se em lugares isolados como o casal e a família, o grupo de jovens e a rede de amigos, é renunciar deliberadamente a intervir nos negócios da cidade e do mundo [...] (CHESNEAUX, 1996, p. 151-152).

Assim sendo, para CHESNEAUX, “a modernidade ataca os fundamentos democráticos e ameaça a cidadania [...]” (1996, p. 153). Na sociedade global, nos encontramos enredados aos meios de comunicação (TV, jogos virtuais e a Internet) e obedientes às suas tendências e ditaduras que nos apontam como nos portar, como ser, o que gostar, o que consumir e até nos impõem sistemas de valores predeterminados.

Neste sentido, a universalização do capitalismo é considerada por IANNI como um processo civilizatório¹, uma vez que, “[...] rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar” (1996, p.14). Para SANTOS, no domínio do centro em relação à periferia o que surge como novo é o aumento exponencial da exportação da cultura de massa produzida pelo centro e as “estruturas de preferência” que induzem ao consumo do produto ocidental (1999, p. 312). Assim sendo, esta universalização não abala somente as estruturas sócio-culturais locais, mas tem também o papel de fomentar a desigualdade econômica o que conseqüentemente pode vir a provocar o agravamento da crise ambiental mundial.

Não é a proposta deste trabalho discutir os aspectos positivos ou negativos do processo de globalização e sim refletir como os impactos sociais e econômicos da mesma podem vir a contribuir para a degradação ambiental .

¹ Comentário.

3. CRESCIMENTO ECONÔMICO VS. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Argumenta-se que, caso a taxa de crescimento econômico mundial² se iguale à da segunda metade do século XX, fatalmente observaremos conseqüências ambientais catastróficas para o Planeta e para a espécie humana que nele habita. Sob esta perspectiva, a continuidade da vida humana na Terra estaria ameaçada, embora não a continuidade da vida, pois como afirma Linn Margulis “nenhuma cultura humana, a despeito de sua inventividade, pode acabar com a vida neste planeta, mesmo que tentasse [...]. Os seres humanos não são o centro da vida, e nenhuma outra espécie o é. Os seres humanos não são sequer fundamentais à vida. Somos uma parte recente e em rápido desenvolvimento de uma gigantesca e antiga totalidade” (2001, p. 113).

Outro crítico veemente da arrogância humana é o biólogo Edward O. Wilson, como fica claro no parágrafo abaixo:

Nós, *Homo sapiens*, chegamos e delimitamos muito bem nosso território. Ganhadores da loteria darwiniana, modelos vivos da evolução, macacos bípedes industriais com polegares oponíveis, estamos acabando com os pica-paus-de-bico-de-marfim e outros milhares à nossa volta. À medida que os habitats encolhem, as espécies diminuem de extensão e abundância no mundo inteiro. Descem toda a escada da Lista Vermelha³ e a grande maioria desaparece sem ser notada. Sendo distraídos e egoístas, como é nossa natureza, ainda não compreendemos perfeitamente o que estamos fazendo. As futuras gerações, porém, dispoem de muito tempo para refletir, compreenderão perfeitamente o que aconteceu, com todos os detalhes dolorosos. Quanto maior o entendimento, maior a sensação de perda. Haverá milhares de pica-paus-de-bico-de-marfim para lamentar nos próximos séculos e milênios (2002. p. 125).

O historiador Eric J. Hobsbawn também demonstra sua preocupação com o rumo da humanidade quando comenta sobre os problemas ambientais decorrentes de uma taxa de crescimento econômico, semelhante à ocorrida durante o século

² Concentrado em 10% da população mundial.

³ A expressão “lista vermelha” usada pelo autor se refere ao livro que compila a lista das espécies ameaçadas de extinção.

XX, se mantida indefinidamente. Segundo HOBBSAWN, o crescimento econômico exacerbado, “não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida na biosfera, e pode muito bem torná-lo inabitável pela espécie humana, como a conhecemos” (1995, p. 547).

4. TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

A humanidade do século XX falhou ao depositar nos meios de produção e seu extremo desenvolvimento material a “chave” para a felicidade. A ilusória busca desta felicidade tem separado cada vez mais o homem do homem, o homem da natureza e de si mesmo. Para CHESNEAUX as novas tecnologias são invasoras, famintas, monopolizadoras, pois ocupam todos os campos da economia, todo o espaço social e todo o horizonte cultural. “Correm o risco de condenar à esclerose e à extinção os outros modos de relação entre o pensamento e a realidade exterior, entre os humanos e a natureza, entre as pessoas e as coisas [...]” (1996, p.127).

HOBBSAWN considera as novas tecnologias como catalisadoras do processo de degradação ambiental, pois “o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas que em séculos” (1995, p. 547).

No entanto, os avanços tecnológicos não são *per se* causas primárias de degradação ambiental. O relatório NOSSO FUTURO COMUM, elaborado em 1983 pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, apresentou uma visão mais positiva sobre o papel da tecnologia e da ciência argumentando que “[...] elas (*a tecnologia e a ciência*⁴) nos permitem, ao menos potencialmente, examinar mais a fundo e compreender melhor os sistemas naturais. [...] temos o poder de reconciliar as atividades humanas com as leis naturais, e de nos enriquecermos com isso” (1991, p. 1).

Se por uma lado existe a urgência de repensar o ritmo e meios de produção, a tecnologia também surge como o meio para efetivar esta transição. Assim sendo, o século XX terminou deixando a promessa de uma mudança nas tendências econômicas e tecnológicas. Contudo, as iniciativas que poderiam nos levar a criar e utilizar novas tecnologias, visando reduzir o consumo dos recursos naturais

⁴ Nota das autoras.

e as agressões aos ecossistemas, ainda são restritas, existindo muita resistência à adoção de alternativas tecnológicas mais limpas e eficientes.

Cita-se como exemplo, a resistência do Presidente dos Estados Unidos George W. Bush, em ratificar o Protocolo de Kyoto⁵, mesmo depois da divulgação do relatório “Climate Change 2001: The Scientific Basis” elaborado pelo PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS da ONU⁶, em julho de 2001, apontando que o efeito estufa é pior do que se previa. O Presidente Bush argumentou na ocasião não existirem provas de que o aquecimento global esteja relacionado à poluição industrial, considerando injusto então que os Estados Unidos e outros países industrializados assumam a responsabilidade pelo problema. Na verdade, considera-se que este argumento ratifica a manutenção do atual modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista e a conseqüente perduração das desigualdades sociais existentes entre os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento como também da continuidade do impacto ambiental destas práticas sobre o meio ambiente global. Em contrapartida, as economias em desenvolvimento não aceitam ter suas aspirações de avanço econômico podadas pelo mesmo apelo.

Essas posições distanciam as tentativas de se estabelecer um equilíbrio entre as questões ambientais e o desenvolvimento econômico.

5. PROPOSTAS DE TRANSIÇÃO RUMO AO DS

O Relatório “Desenvolvimento Mundial 1999/2000”, elaborado por funcionários do BANCO MUNDIAL, aponta a necessidade da criação de mecanismos que distribuam igualmente o ônus das reformas nos planos de desenvolvimento, visando a sustentabilidade ambiental. Essa medida se mostra necessária para encorajar a participação, nesse processo de mudança, de todos os países responsáveis por danos ao meio ambiente (2000, p. 43).

Para SACHS quão mais audaciosas forem as medidas tomadas em curto prazo, menor será o lapso de tempo separando o estado estável do Norte, de um

⁵ Foi adotado em dezembro de 1997, no Japão, para fixar compromissos de redução e limitação para os países desenvolvidos e trazer a possibilidade de utilização de mecanismos de flexibilidade para que os países em desenvolvimento possam atingir os objetivos de redução de gases do efeito estufa.

⁶ A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu em 1988 o “Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)”, para a melhor compreensão das mudanças climáticas. O IPCC é a principal fonte de informação científica para líderes de governo sobre a questão do aquecimento global, impactos e busca de alternativas sustentáveis de energia.

que as estruturas de organização social em âmbito local e regional sejam revistas criando novas possibilidades de produção através de processos tecnológicos-sociais e ambientalmente sustentáveis. Já que tudo indica a continuidade da vida humana neste planeta depende das atitudes e relações que o homem estabelece com o ambiente, “o que a humanidade está causando a si própria e à Terra é resultado, para usar uma metáfora moderna, de maus investimentos” (WILSON, 2002, p. 169), entende-se que a questão ambiental é prioritária na discussão do social e do econômico.

Se considerarmos que a História não é feita de continuidades e repetições, torna-se necessário construir uma nova perspectiva de futuro que inclua inevitáveis rompimentos, quebras e reestruturações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO / BANCO MUNDIAL. **No Limiar do século XXI: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1999/2000.** Washington, 2000. 301 p.
- CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo.** Petrópolis : Vozes, 1989. p.127; p.151-152.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 1991.
- FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.
- _____; TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In: **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. Teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento.** Curitiba: UFPR, n. 1, 2000.
- HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima Revolução Industrial.** São Paulo : Cultrix, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.

- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2001: The Scientific Basis. Disponível em:
http://www.grida.no/climat/ipcc_tar/wg1/467.htm, acesso em: 04 out. 2002.
- LORA, Electo Eduardo Silva. **Prevenção e controle da poluição nos setores energéticos, industrial e de transporte.** Brasília : ANEEL, 2000.
- MARGULIS, Linn. **O Planeta simbiótico: uma nova perspectiva da evolução.** Rio de Janeiro : Rocco, 2001.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: CADERNOS DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. **Sociedades, desenvolvimento, meio ambiente.** Curitiba : UFPR, v.1, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo : Cortez, 1999.
- THE UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). El estado de la población mundial 2001. Disponível em:
<http://www.unfpa.org/swp/2001/espanhol/contents.html>, acesso em: 04 out. 2002.
- WILSON, Edward Osborne. **O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana.** Rio de Janeiro : Campus, 2002.